

Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social

Latif Antonia Cassab

Curso de Serviço Social, Faculdade Estadual de Ciências
Econômicas de Apucarana (FECEA-Paraná)

Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social

Resumo: Este artigo contextualiza sobre o significado da pesquisa compreensiva para o campo investigativo das ciências humano-sociais. Enfatiza, em específico, os procedimentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa científica, considerando determinados aspectos e desdobramentos, como requisitos importantes para o êxito na produção de conhecimento. Aborda, de forma sumária, o uso de fontes quali-quantitativas na captação de dados e o suporte filosófico. A posse do conhecimento sobre processos de pesquisa, além de condição primária e essencial para o desenvolvimento de atividades investigativas científicas, é o pressuposto para planejar, elaborar e desenvolver um trabalho investigativo, que se constitua na produção de um determinado saber válido perante a comunidade científica e a sociedade. O conhecimento sobre pesquisa possibilita ao pesquisador desvelar as práticas sociais que constrói e outras que atravessam o seu fazer profissional, arraigando a cidadania, em cujos horizontes se contemplam a democracia, os direitos e a construção da paz.

Palavras-chave: pesquisa compreensiva, elementos quali-quantitativos, elementos filosóficos.

Investigative Contexture: Scientific Research in the Human-Social Field

Abstract: This article analyzes the significance of comprehensive research for the human-social sciences. It specifically emphasizes the procedures needed for the development of scientific research, considering certain factors and consequences as important requisites for success in the production of knowledge. It briefly addresses the use of qualitative and quantitative sources in capturing data and establishing philosophic support. The possession of knowledge about research processes, in addition to being a primary and essential condition for the development of scientific research activities, is necessary for planning, preparing and undertaking research, which is constituted in the production of a certain knowledge considered valid by the scientific community and society. Knowledge about research allows the researcher to unveil the social practices that construct and interact with her professional activity, which is rooted to citizenship, and which contemplates democracy, rights and the construction of peace.

Key words: comprehensive research, qualitative-quantitative elements, philosophic elements.

Recebido em 05.01.2007. Aprovado em 02.04.2007.

Introdução

Os efeitos da globalização da economia, as alterações na esfera do Estado nacional, os novos desafios aos trabalhadores/as da área social e a subsistência do intuito de arraigar a dimensão da cidadania entre os setores sociais ainda excluídos, redobram a importância na produção de conhecimentos científicos, em patamares que se contemple a democracia, a ampliação dos direitos e a construção da paz em tempos de violência.

Assim, é muito importante colocar-se com muita clareza que discutir a prática social passa, fundamentalmente, pela questão da pesquisa. Através da pesquisa torna-se possível vislumbrar outros horizontes de conhecimento, desvelar outros fluxos de força política, permitindo às profissões as atualizações e contemporaneizações necessárias para fazerem frente às múltiplas questões de ordem social, com as quais se comprometem e que a atravessam em seu fazer. A preocupação com este tema pode ser constatada através da realização de vários eventos científicos na área de pesquisa, promovidos por entidades de categorias profissionais, no decorrer das últimas décadas.

O vínculo entre trabalho, pesquisa e ciência tem sido uma tônica do discurso contemporâneo, ressaltando que todos os profissionais que constroem suas atividades, a partir de uma prática social, que lida diretamente com a interpretação da realidade pelos seus interlocutores, devem ter noções de procedimentos de investigação.

Neste sentido, o presente trabalho, através de uma reflexão teórica e metodológica, inscreve-se no esforço em apresentar a pesquisa qualitativa e a defesa do emprego dos procedimentos metodológicos, de forma acertada, pelos pesquisadores que atuam na área humano-social, para a produção de conhecimentos. Acredito que o conhecimento sobre pesquisa e o uso adequado de um suporte investigativo proporcionem ao profissional e pesquisador uma melhor compreensão das práticas sociais que constrói, desenvolve, e de outras que atravessam o seu fazer profissional, em direção à garantia dos direitos de cidadania, na perspectiva da democracia e da construção da paz.

A pesquisa científica

Medos e incertezas espelham, entre um vértice e outro, a intrínseca relação entre o sujeito que conhece e o fenômeno que procura compreender, investigar.

Maria Lucia Rodrigues

Pesquisar é desenvolver uma atividade – como um processo, onde a preocupação maior é com o

produto – que recebe a marca dos condicionantes sociais vigentes, com fins propostos e objetivos a alcançar. Caracteriza-se por um estudo de questões ou focos de interesses muito amplo; manifesto em procedimentos, interações cotidianas, que no decorrer do processo, à medida que o estudo se desenvolve, torna-se mais direto e específico. Ou seja, trata-se de um estudo determinado por um problema.

Várias são as razões para determinar uma pesquisa, podendo dividi-las em dois grandes grupos: os de razões intelectuais e os de razões práticas.

A pesquisa é um inquérito ou exame cuidadoso para descobrir novas informações ou relações, possibilitando ampliar e verificar o conhecimento existente. É requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema ou quando a informação disponível está em estado de desordem, que não pode ser adequadamente relacionada ao problema. A pesquisa é importante pelo fato de proporcionar respostas significativas à solução dos problemas de ordem prática, que são propostos.

É usual falar em pesquisa mencionando-a como simples coleta de dados, no entanto, a pesquisa científica pode ser entendida como forma de observar, verificar e explanar fatos para os quais o homem necessita ampliar a compreensão que já possui a respeito dos mesmos. A pesquisa supõe curiosidade, criatividade, interrogação, superação da aparência, opção teórica, entre outras coisas.

A ação de se propor um projeto de conhecimento e empreender as atividades que conduzam a esse conhecimento é que recebe, comumente, o nome de pesquisa, termo que é empregado para designar, também, o resultado final do processo, isto é, a investigação pronta e verbalmente comunicada. Fazer pesquisa é, portanto, fazer ciência, ou, em outras palavras, dispor-se a conhecer cientificamente, com investigações mais profundas, alguma coisa e efetivar tal intenção.

Possui dois princípios gerais, válidos na investigação científica, que podem ser assim sintetizados: a relação entre subjetividade e objetividade e sistematização de informações fragmentadas. Indica, ainda, princípios particulares, aqueles que são válidos para a pesquisa, em determinado campo do conhecimento, e os que dependem da natureza especial do objeto da ciência em pauta.

Assim, a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades.

Para Gatti (1998), o grande objetivo da pesquisa tem sido responder aos problemas emergentes ao conhecimento humano, compreendendo-os e situando-os e, preferencialmente, identificando e formulando possíveis soluções aos problemas que ainda estão por vir, antecipando desta forma respostas para solucioná-los ou minimizá-los. O que pressupõe política de fo-

mento dos órgãos que estimulam e apoiam pesquisas, constância e continuidade no trabalho, e pesquisadores dedicados a temas preferenciais por períodos longos, caracterizando uma certa especificidade em sua contribuição ao conhecimento científico.

O problema abordado pela pesquisa qualitativa apresenta-se como um obstáculo, percebido parcialmente e de forma fragmentada pelos sujeitos envolvidos – pesquisador e pesquisado, através de uma análise assistemática. A partir de uma imersão do pesquisador na vida e no contexto e circunstância em que o problema surge e se desdobra, este vai se definindo e sendo delimitado, o que requer, do pesquisador “[...] contatos duradouros com os informantes que conhecem esse objeto e emitem juízos sobre ele” (CHIZZOTTI, 1991, p. 81).

Enunciar problemas requer experiência e maturação perante uma temática. O problema se configura como uma questão que não tem uma resposta plausível imediata ou evidente, assim sendo, necessita-se de esforços específicos, metódicos na obtenção de respostas. Desta forma, o início de um procedimento investigativo parte de um problema adequadamente formulado, cientificamente exequível, pela via dos procedimentos eleitos, coerente com a natureza da abordagem pretendida e disposto em uma perspectiva de análise (GATTI, 2002, p. 57).

Os dados coletados, obtidos nessas pesquisas, são colhidos em situações onde os sujeitos da pesquisa transitam e constroem sua vida – onde os modos de vida, as culturas, as experiências eclodem. Neste processo, os registros dos dados são analisados, geralmente por um processo indutivo (raciocínio em que de fatos particulares se tira uma conclusão genérica), rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; incluindo transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Os dados qualitativos expressam descrições minuciosas de situações, acontecimentos, sujeitos, experiências, atitudes, crenças e pensamentos; e podem contar com fragmentos ou passagens completas de documentos, correspondência, registros.

O pesquisador mantém um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem.

Ao considerar os diferentes pontos de vista dos indivíduos, os estudos qualitativos possibilitam iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo. Os significados impressos pelas pessoas às coisas e à sua vida devem ser focos de atenção do pesquisador, o qual precisa de acuidade com suas percepções, ao revelar os

pontos de vista dos indivíduos, suas experiências e cultura, compreendendo-os não apenas no campo do pensamento, mas enquanto um sentimento, materializado no âmbito prático do cotidiano. Deve, por isso, encontrar meios de checá-los, discutindo-os abertamente com os partícipes do

processo de pesquisa ou confrontando-os com outros pesquisadores para que possam ser ou não confirmados.

Assim, busca-se romper com padrões pré-determinados de pesquisa e propõe-se a investigação da condição de vida dos indivíduos, os desafios que lhes são impostos cotidianamente, considerando os aspectos políticos que perpassam por esta construção hu-

mana e social – incluindo não apenas as relações econômicas de seus sujeitos, mas as experiências, hábitos, tradições, maneira de viver ou resistir às transformações em suas lutas diárias, permitindo que se avalie a maneira de como essas experiências são elaboradas em termos culturais. Assim, “[...] a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1994, p. 229).

Neste fazer, privilegia-se a concepção de que os homens fazem sua própria história – e, conseqüentemente, a sabem contar muito bem! – enfatizando a transmissão pela oralidade, seja através das canções, cantos populares, poesias, como também pinturas, fotografias, festas e outros acontecimentos comemorativos, denotando, nos meandros das escolhas e significados, o caráter político da vida (FENELON, 1995).

Como toda ação humana, o fazer pesquisa qualitativa não exclui dos sujeitos da pesquisa – pesquisador e pesquisado – o caráter político de suas atividades, pois não existe neutralidade política. Ao contrário, o fazer pesquisa qualitativa é um exercício político, encharcado de intencionalidades. Segundo Martinelli (1994), ao produzirmos o desenho da pesquisa e ao elegemos os prováveis sujeitos que dela participarão, temos como referência um projeto político singular, que se conecta a projetos mais amplos, e que pode estar referido ao projeto de sociedade que defendemos.

Neste sentido, o contato direto com o sujeito da pesquisa é condição *sine qua non* para captar a percepção que ele detém sobre sua vida e os aspectos sociais que a engendram; bem como para não desconectá-lo de sua estrutura, “[...] buscando entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos em sua vivência cotidiana” (MARTINELLI, 1994, p. 14). O resultado das ‘falas’ e observações feitas pelo pesquisador não pode ser produto de um sujeito postado fora das significações que os indivíduos atri-

Fazer pesquisa é, portanto, fazer ciência, ou, em outras palavras, dispor-se a conhecer cientificamente, com investigações mais profundas, alguma coisa e efetivar tal intenção.

buem aos seus atos; mas deve expressar o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas (CHIZZOTTI, 1991).

O exercício de pesquisa pela via qualitativa, para Martinelli (1994), subentende alguns pressupostos. Primeiramente, o reconhecimento da singularidade do sujeito que se expressa e, como consequência, o segundo pressuposto trata da importância em conhecer a experiência social do sujeito e não apenas a sua circunstância de vida – a qual se expressa, por exemplo, pelas condições materiais, diferentemente do que é dado pelo modo de vida, que expressa a forma como é ela engendrada a partir, principalmente, da inserção em uma dimensão cultural. O que conduz ao terceiro pressuposto: o conhecimento da experiência social do sujeito, a qual deve ser apreendida pelo pesquisador, valendo-se das metodologias compreensivas, para conhecer os significados atribuídos pelo sujeito à sua trajetória de vida.

A pesquisa qualitativa surge contrapondo-se à forma positivista de conhecer e produzir conhecimentos – reconhecidos como objetivos e científicos e que buscam, nos fenômenos em estudo, as leis de causa e efeito ou relações funcionais deterministas – para o âmbito das ciências humano-sociais.

Advoga a pesquisa compreensiva, que o cenário humano-social é constituído pela complexidade, por contradições existentes nos fenômenos e permeado pela imprevisibilidade e originalidade das relações interpessoais e sociais, necessitando de uma especificidade epistemológica e, conseqüentemente, metodológica ao fazer ciência. No entanto, ao contrapor-se ao modelo de estudos pautado pelas ciências físicas e naturais, apropriado pelo campo das ciências humano-sociais, é necessário conhecer, minimamente, sua origem e desdobramentos. Para rematar, recorre-se às palavras de Gatti (2002, p. 47): “Tudo isso corresponde a uma construção histórica, que se mostrou possível e talvez até necessária em certo contexto da civilização ocidental”.

O Elemento quali-quantitativo

A pesquisa qualitativa tem como preocupação um nível de realidade que não pode ser quantificado – a compreensão e a explicação da dinâmica das relações sociais, as quais, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Enfatiza-se a vivência, a experiência, a cotidianidade e também a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada, o que faz das práticas sociais, da linguagem e outros aspectos da vida social, aspectos inseparáveis um do outro.

O pesquisador, através da abordagem qualitativa, investiga seqüências importantes de eventos como testemunha-chave e, particularmente, observa como esses eventos são determinados no contexto em que ocorrem, com predomínio da história e da cultura.

O qualitativo-quantitativo tem como diferença sua natureza epistemológica: enquanto as abordagens de áreas como exatas trabalham com equações, estatística e outros instrumentos quantificáveis, apreendendo os fenômenos, objetos de pesquisa, em “[...] sua região visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2000, p. 22).

Porém, os universos dos dados qualitativos e quantitativos não se opõem, mas antes se complementam, pois a realidade expressa por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Muitos têm sido os equívocos conceituais sobre as posturas epistemológicas, os procedimentos metodológicos, os instrumentos e as análises dos dados, no âmbito da pesquisa qualitativa e quantitativa.

Um dos equívocos, que considero como o mais sério, pode ser cometido na relação do pesquisador frente ao rigor científico. Na tentativa de sustentar a veracidade dos dados e sua análise, confrontando a crueza da objetividade *versus* subjetividade, muitos pesquisadores procuram ‘mesclar’ os instrumentos no processo de pesquisa, sem a devida adequação epistemológica. Transportam técnicas que permitem a quantificação com outros procedimentos que visam explicitar fatos e emitir previsões, provenientes da tradição positivista – a qual defende uma lógica formal e neutra, considerando a realidade exterior ao indivíduo e a apreensão de um fenômeno de forma fragmentada – com outros estatutos epistemológicos no desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, imprime uma conduta formal, neutra, objetiva no momento empírico da investigação e confronta o material colhido com outros embasamentos teóricos, filosóficos que traduzam outras maneiras de pesquisar o social.

Tal condição não permite que o resultado da pesquisa alcance uma coerência, uma veracidade, pois os dados colhidos e as análises realizadas, tendo como suporte um constructo teórico diferente dos que foram utilizados no manejo da técnica, são incompatíveis.

A opção do pesquisador e a consistência teórica que embasa a utilização do método são fundamentais à construção de conhecimentos e à sua validação.

A pesquisa desenvolvida com os princípios da tradição positivista faz do processo investigativo uma experimentação: através de uma lógica hipotético-dedutiva, busca-se a veracidade ou não das hipóteses pela via da dedução matemática.

Segundo Baptista (1994, p. 20),

Os dados são visto como coisas isoladas, acontecimentos físicos captados em um instante de observação. Os fenômenos são os sensíveis e aparentes e tem significados os mais constantes e freqüentes, cujas variáveis são controladas e/ou manipuladas para explicar os problemas analisados. A coleta de dados é acumulativa e linear, a freqüência de incidências é controlada e mensurada, a análise é feita mediante correlações estatísticas. A avaliação do processo de conhecimento se dá a partir de critérios de representatividade probabilística da amostra e dos dados, pela pseudo objetividade e neutralidade do pesquisador, pela separação entre fato e valor (neutralidade axiológica como princípio metodológico). O pesquisador descreve e prediz.

Contrários a tais pressupostos, os paradigmas da pesquisa qualitativa afirmam que a realidade é uma construção social, realizada por sujeitos partícipes desta – inclusive o pesquisador, que não está alheio à vida. Os fenômenos são compreendidos a partir de uma perspectiva social histórica, ou seja, a origem e as conseqüências, bem como os seus desdobramentos são frutos de uma relação social histórica entre os sujeitos que constroem a sociedade e a vida a cada dia.

O objeto não se reveste de neutralidade e inércia, mas encontra-se encharcado de significados e relações com o meio no qual está inserido, é determinado e determinante. A metodologia qualitativa busca apreender, do objeto, seus aspectos específicos e acontecimentos no próprio cenário em que ocorrem, e “Deixam a verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no espaço que constroem suas relações, [...]”. Mais, os valores estão postos no processo de investigação e a lógica é conceptual; a seqüência do conhecimento ocorre “[...] em um *continuum*, com associações, dissoluções, construções nas próprias interpretações, procurando compreender a causalidade, a realidade e o mundo. Há emergência das contradições e o conhecimento se funda na própria ação” (BAPTISTA, 1994, p. 21 e 22).

Trata-se, assim, de diferentes posicionamentos quanto a fazer pesquisa no âmbito humano-social. De diferentes concepções de mundo, de vida, de ser humano, de sujeitos sociais. São direções opostas para a obtenção de conhecimentos.

Um outro equívoco refere-se ao uso dos termos qualitativo e quantitativo, usados ora para designar o

processo de pesquisa, ora para designar as técnicas usadas em pesquisa.

Os termos qualitativo e quantitativo devem ser empregados para diferenciar técnicas de coleta ou tipo de dados obtidos, diferente das denominações empregadas para determinar o tipo de pesquisa – é importante distinguir entre o método de abordagem e os procedimentos de investigação e análise. Entre eles deve haver coerência, mas, sobretudo, há que se deixar claro quais são o método e as técnicas adequados ao problema a investigar.

Neste sentido, a flexibilidade é essencial a este fazer, pois “Para desenvolver esta flexibilidade, com competência, é preciso, no entanto, que se exercite o pesquisar, que se partilhe os problemas e dúvidas, os impasses” (GATTI, 1998, p. 36). A combinação adequada de formas metodológicas enriquece e ilustra muitíssimo um trabalho de pesquisa.

O elemento filosófico

No âmbito da pesquisa qualitativa, em uma trajetória histórica, algumas são as orientações filosóficas que subsidiam a produção do conhecimento. Das constituições filosóficas, uma que

O uso da abordagem dialética possibilita não só abarcar o conjunto de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados.

considero importante refere-se ao materialismo dialético – por priorizar a dinâmica das relações entre sujeitos e objeto de estudo no processo de conhecimento, valorizar os vínculos do agir com a vida social dos homens e desvelar as oposições contraditórias presente entre o todo e as partes. Neste sentido, a dialética considera que o objeto de pesquisa deve ser entendido em suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos – compreendendo-o inserido e parte de uma relação intrínseca de oposição e complementaridade, na

ambiência social, entre o pensamento e a base material. Defende, também, a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que existem. A abordagem dialética reconhece a realidade como complexa, heterogênea e contraditória, nas diversas facetas, nas diversas peculiaridades que a compõem.

O trabalho de pesquisa, embasado na epistemologia materialista dialética proposta por Marx (1993), propõe não apenas buscar a compreensão do todo, implicando em conhecer o fato de forma total, mas, principalmente, em realizar, neste processo, movimentos reflexivos sobre a realidade global, que re-

sultem em uma definição, em um conceito, nos quais o objeto em estudo apareça com o máximo de sua vivacidade. O uso da abordagem dialética possibilita não só abarcar o conjunto de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. “A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (MINAYO, 2000, p. 24-25).

A análise dialética implica em uma visão crítica do real, impregnada de atributos e desdobramentos:

- A realidade não se dá a conhecer imediatamente, é necessária uma reflexão demorada, reiterada obstinadamente, para que os diversos aspectos possam se tornar visíveis e decodificados.
- À medida em que o processo reflexivo avança, novos dados são detectados, articulados e incorporados formando um caminho contínuo que parte da aparência à essência, com descobertas e significados entre a parte e o todo, o singular e o universal.
- O pensamento, ao se debruçar sobre um objeto, descobre, desencanta as determinações que o constituem – pela reflexão, pela abstração. Assim, desvendam-se as determinações que constituem o real, o concreto imediato, que, para Ianni (1986, p. 15), significa o empírico, o dado sensível, a realidade primeira com a qual se defronta a reflexão. Determinações as quais não devem ser desprezadas, pois estas se recriam, retomam-se, surgindo com novas expressões, na medida em que a reflexão prossegue e as desvenda – como sexo, profissão, nível de escolarização – e que são constitutivas do indivíduo. Porém nem todas detêm a mesma ponderação, apesar de várias e muitas constituírem o real e serem imprescindíveis para que se compreenda esse mesmo real e constituírem o objeto – assim, o concreto expressa as sínteses das múltiplas determinações que o constitui, revelando-se como uma unidade de diversidades.
- A realidade está sempre impregnada de interpretações que precisam ser desvendadas para que se possa entender as relações dos processos, das tendências históricas presentes – o que implica um diálogo crítico, um debate com as interpretações existentes e com a própria realidade.
- O que pressupõe que o pensamento impregna a história ao mesmo tempo em que a história impregna o pensamento, com fortes influências recíprocas no sentido da constituição do real e do pensado.

O pensamento é prático-crítico o tempo todo, pois o conhecimento, produto de profunda reflexão, combina, articula o pensado com o real – é na práxis, na realidade que se deve demonstrar a verdade, o poder, o caráter do pensamento sobre o real (MARX, 1993).

Neste processo de compromisso do pensamento com o pensado, da reflexão sobre a reflexão, sempre crítica, a teoria participa da constituição do objeto.

A categoria que se constrói pela reflexão e que tem como por assim dizer, esses momentos lógicos, ela é vista na pesquisa que se desenvolve objetivamente aqui, ou lá, ela tem a ver com um fato diante do qual o pesquisador se debruça, fato esse que ele procura conhecer pela reflexão, desvendando relações, processos, e estruturas que constituem esse fato. [...] a categoria é a explicação dialética, ela apanha o movimento do real. A vida no real. E em apanhando a vida no real ela percorre esses vários momentos lógicos da reflexão. Então, a historicidade do real, que é inegável em todas as Ciências Sociais (IANNI, 1986, p. 16-17).

No entanto, as categorias, como referências teóricas, devem ser apropriadas pelo pesquisador, compreendendo-as como parte de um contexto e com um sentido, sem se esquecer da teoria que as informa e da realidade que as constitui. Faz parte da ação do pesquisador, compreender como “[...] as categorias de referência teórica são preenchidas de conteúdo pela realidade concreta dos sujeitos investigados e, como tal, são também uma construção do pesquisador” (GUSMÃO, 2001, p. 87).

As teorias devem ser entendidas como explicações de uma realidade mais ampla do que aquela que se obtém pelo olhar, devem ser capazes de uma generalização de seus pressupostos, mas não significa que tenham que ser gerais e vagas, pois assim se tornariam superficiais e perderiam a capacidade da explicação.

O momento de investigação empírica reveste-se de importância e responsabilidade, não somente pela reconstrução do real, mas principalmente, quando o defronta com os fundamentos teóricos que iluminam a análise e a interpretação deste real, possibilitando a esta mesma teoria uma outra reconstrução. Este procedimento exige do pesquisador cuidados e atenção permanentes com o aporte teórico, para não confundir-lo com metodologia ou técnicas de investigação. Desta forma, entende-se que deve haver uma reflexão contínua sobre a realidade aliada ao diálogo com a teoria, expressando a forma com que a pesquisa se desenvolverá, bem como a metodologia a seguir.

No processo de conhecimento, as teorias desempenham determinadas atribuições: esclarecem melhor o objeto de estudo; propiciam problematizações mais consistentes, com maior propriedade de conhecimen-

to; permitem maior transparência na organização dos dados; e, ainda, iluminam a análise dos mesmos já organizados. A teoria abarca um conjunto de proposições – que são construções lógicas – e conceitos – que são construções de sentido –, ordena os dados e os processos, possibilitando fixar melhor o recorte do que deve ou não ser examinado e construído.

Sem uma opção teórica coerente, não é possível fazer pesquisa. O máximo que se consegue é observar e descrever uma realidade na sua visibilidade mais imediata, na aparência dos fatos, mas, de modo algum, compreendê-la e, ainda, de nela poder intervir e transformar. O pesquisador fica sem um ‘chão’ e sem um ‘norte’, não sabe exatamente o que pretende e muito menos como chegar onde imagina querer chegar. Assim, constrói no máximo “[...] um painel sintomatológico da realidade investigada, vale dizer, que apenas mapeia superficialmente os sintomas do social” (GUSMÃO, 2001, p. 77).

Desta forma, atribui-se enorme importância aos elementos teórico e prático – os quais desempenham papel essencial para a explicação do real – no campo da produção de conhecimento, pela via da reflexão dialética.

Segundo Marx (1993), não cabe à teoria a preocupação em saber se o pensamento humano expressa uma verdade objetiva, mas ao confrontá-lo com a realidade – através da práxis – o homem deve demonstrar o caráter terreno de seu pensamento.

O movimento de reflexão, que conduz a repensar o pensamento que conhece, indica que o importante é a relação existente entre a teoria explicadora e aquilo que ela explica – relação esta que se apresenta no objeto do conhecimento como fato científico construído. Porém, por maior que seja o rigor, o controle impresso ao processo de conhecimento do real pesquisado, este sempre será mais rico do que a teoria que a ele se reporta. A eficácia do controle nunca é plena.

A ciência como um jogo de linguagem deseja, ao usar as palavras, produzir imagens fiéis dentro do espelho da mente.

O que é um bom espelho? Um bom espelho é aquele que apenas reflete, no seu dentro virtual, o real que está fora dele. O objetivo do jogo que se chama ciência é produzir redes de palavras que sejam a imagem espetacular do que está do lado de fora. A essa identidade entre coisa e imagem se dá o nome de verdade (as palavras ‘reflexão’ e ‘especulação’ derivam respectivamente, de reflexo e de espelho ... *speculum*). É bem verdade que essa situação de igualdade entre coisa e imagem não acontece nunca. E, mesmo se acontecesse, não teríamos formas de saber que a identidade estava ocorrendo. Os espelhos de que dispomos distorcem sempre as coisas, e as imagens de palavras que vemos no discurso da ciência são sempre caricatura. Essa é a razão

por que a busca científica da verdade não termina nunca. A história da ciência pode ser escrita como uma permanente troca de espelhos e de imagens – sem fim (ALVES, 2000, p. 9).

Neste sentido, o pesquisador deve sempre se manter com o espírito aberto, com atenção vigilante e metódica, com vontade e empenho, ou seja, com uma participação crítica, que lhe possibilite descobrir e construir uma explicação mais próxima possível do real, satisfazendo o nível de exigência requerida para esse empreendimento, cujo referencial é o projeto de pesquisa.

É necessário ao pesquisador ter claro ao olhar o que olha, a natureza e a forma desse olhar e considerar, ainda, o lugar de onde se olha. O olhar, assim como o ouvir e escrever, são faculdades socioculturais, pré-requisitos para a integração e participação social; mas em um processo de pesquisa – apesar de não se constituírem como únicos atos cognitivos – carecem de um preparo teórico, um olhar treinado, que não apenas descreva o que vê, mas compreenda as mediações dadas entre os objetos singulares e a realidade na qual estão imersos, sendo a participação, condição fundamental para “[...] aprofundar a observação e se colocar por inteiro numa relação intersubjetiva, em que se situam o pesquisador e o pesquisado, é através dos mesmos que se produz conhecimentos” (GUSMÃO, 2001, p. 75-76). Desta forma, torna-se imprescindível a aquisição e compreensão de uma matriz teórica que informe o olhar, qualificando-o e o habilitando, caso contrário “[...] a prática do pesquisador acaba por simplificar e mesmo banalizar a importância e significado da observação participante, quase sempre transformada em participação observante” (GUSMÃO, 2001, p. 75).

Aliado a esse requisito, durante um processo investigativo, em inúmeras situações, é preciso que o pesquisador assuma posturas de um ‘estrangeiro’, ou seja, ao mesmo tempo em que é parte de um grupo, ser um outro. Tal condição possibilita haver luz para se ler, cuidando de ‘ver’ as pistas e sinais que “[...] preenchem um mapa de experiência e assim, permite apreender a vida do outro a partir de sua própria vida, a partir da própria experiência” (GUSMÃO, 2001, p. 81).

Não satisfazer tais condições conduz à incoerência metodológica, e acarreta sérias conseqüências quanto ao que se observa – ao como e ao porquê se observa – instaurando uma confusão entre objetivo e objeto da pesquisa.

Mais, na relação entre o sujeito que se empenha em conhecer e o objeto de sua preocupação, existem outros aspectos que devem ser considerados e, conseqüentemente, sua orientação pelo real, para formação do conhecimento.

Quanto ao sujeito, o pensamento não existe independentemente de alguém que o pense, ao mesmo

tempo em que só existe como coisa pensada, inserido em um contexto social, portanto, fruto de uma historicidade singular e que envolve tempo e espaço diverso dos sujeitos da pesquisa, quais sejam: sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados.

Nesta reciprocidade de sujeitos, “A questão da subjetividade encontra-se por inteiro em toda esta discussão e, como tal, é parte integrante da pesquisa, necessitando, porém, ser objetivada como condição de se tornar fonte de conhecimento” (GUSMÃO, 2001, p. 81). O que confere importância em se saber, com precisão, quem são os sujeitos, como eles assimilam a presença do pesquisador e da própria pesquisa. É que tipo de interferência em seu mundo isso representa.

O pesquisador, como detentor de um projeto, não se posiciona como um definidor de situações, mas traz consigo uma cultura que lhe dita os hábitos, as maneiras de proceder, as normas a seguir, as preferências. Aprende a pensar se comunicando com os que o cercam e se apropria desta linguagem, incorporando a forma de pensar que ela contém como própria. Mais ainda, apresenta-se como possuidor de tudo aquilo que ele já ‘conhece’ sobre o objeto de estudo, através da “[...] experiência individual, dos grupos e da sociedade, no que dela ficou guardado na memória, constituindo as pré-noções; e através das teorias codificadas que lhe servem de apoio, fornecendo-lhe as noções a respeito do que procura, conceitos, relações, previsões” (CARDOSO, 1971, p. 9). Trata-se, então, de um ser social que pensa em condições socialmente definidas.

Desta forma, a relação entre pensamento e objeto não é fruto exclusivo de cada ser pensante individual e específico, mas está baseada na explicação parcial concretamente aceita pela sociedade ou pelo grupo social a que se reporta.

Tais explicações, base para o estabelecimento da relação com o objeto a pesquisar, constituem parte do conhecimento que a ciência elaborou e cuja utilização social conduziu à sedimentação do saber socializado, sendo que seu uso como saber depende de sua adequação à experiência. Mas

também, a teoria “[...] não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos, mas é também um artefato nosso como investigadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio da pesquisa” (MINAYO, 2000, p. 20).

Quanto ao objeto, este se materializa, apresentando-se com forma, conteúdo e significado, através de uma construção de ordem intelectual, à medida que o

processo investigativo avança, não estando, portanto, solto ou perdido por aí, para ser encontrado (GUSMÃO, 2001, p. 76). Assim, apesar de todo esforço para se dirigir ao objeto, a relação que propicia o seu conhecimento tem como fundamento a teorização aceita no momento como dando conta dele, mesmo que parcialmente. Feitas tais apreciações, conclui-se que o concreto pensado é fruto de um pensamento que, ao mesmo tempo em que se constitui e desenvolve, articula-se e participa da constituição do real, portanto, pode ser considerado como prático-teórico ou prático-crítico, mesmo porque não há como separar as lutas empreendidas no social e a produção intelectual, mantendo a coerência e a seriedade que um processo de pesquisa requer na busca de um conhecimento que se pretende como verdadeiro.

Conclusão

A posse do conhecimento sobre processos de pesquisa é condição primária e essencial para o desenvolvimento de atividades investigativas científicas. Este é o pressuposto para planejar, elaborar e desenvolver um projeto de pesquisa, um trabalho investigativo, cujo horizonte se constitua na produção de um determinado conhecimento válido perante a comunidade científica e a sociedade.

O desvelamento das problemáticas sociais, enquanto problemas investigativos, requer a apropriação competente da metodologia indicativa, que melhor alcance e envolva o objeto a ser conhecido, e das teorias que iluminarão o cenário e subsidiarão as análises das categorias eleitas no processo investigativo, em um percurso ininterrupto de abstrações.

No suceder dos tempos, a pesquisa tem se mostrado como uma extraordinária via para responder aos problemas emergentes, postos aos conhecimentos humanos, compreendendo-os e situando-os e, preferencialmente, identificando e formulando possíveis soluções, antecipando, desta forma, respostas para solucio-

ná-los ou minimizá-los. Paralelamente, é importante e necessário reconhecer que a pesquisa não resolve toda e qualquer questão, porém suas respostas sempre servirão para fundamentar e orientar ações que, realmente, solucionem problemas ou mesmo possibilitem uma melhor qualidade de vida. Assim, a pesquisa se presta mais a uma reflexão mediata que imediata, fornecendo elementos à análise e reflexão

**... a pesquisa se presta
mais a uma reflexão mediata
que imediata, fornecendo
elementos à análise e reflexão
do problema e do contexto
que o insere, mas não solucio-
na pequenos impasses do
cotidiano...**

do problema e do contexto que o insere, mas não soluciona pequenos impasses do cotidiano – não é esta a sua natureza.

Referências

ALVES, R. *Lições de feitiçaria*. São Paulo: Loyola, 2000.

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. *Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade*, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, n. 1, p.19-26, 1994.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, M. L. O mito do método. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: PUCRJ, Departamento de Economia, ago.1971.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

FENELON, D. R. E. P. Thompson – história e política. *Revista Projeto História*, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História da PUCSP, n. 12, p. 82, 1995.

GATTI, B. A. O problema da metodologia da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. In: RODRIGUES, M. L.; NEVES, N. P. (Org.). *Cultivando a pesquisa – Reflexões sobre a investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Franca: UNESP, 1998, p. 9-39.

_____. *A construção da pesquisa em Educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora, v.1, 2002.

GUSMÃO, N. M. M. de. Projetos e pesquisa: caminhos, procedimentos, armadilhas... In: LANG, A.B. da S. G. (Org.). *Desafios da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: CERU, v. 8, p. 73-87, 2001.

IANNI, O. *Construção da categoria*. São Paulo: PUCSP. Transcrição de aula inaugural ministrada no Curso de Pós-Graduação em Ciências, 1. sem, 1986.

MARTINELLI, M. L. Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. *Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade*, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, n. 1, p.1-18, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã* (I – Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9-29.

Latif Antonia Cassab

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

Coordenadora e professora do Curso de Serviço Social na Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA)

Rodovia do Café BR 376 Km. 03

Apucarana – Paraná

Caixa Postal 98

CEP: 86800-970